

## Extensão Universitária e Proposta Curricular: Desafios entre Teoria e Prática na formação de professores de Geografia no Norte do Tocantins

### University Extension and Curricular Proposal: Challenges between Theory and Practice in the training of Geography teachers in Northern Tocantins

Antonia Marcia Duarte Queiroz<sup>1</sup>

Joyce Duarte Queiroz<sup>2</sup>

Roberto Antero da Silva<sup>3</sup>

#### Resumo

No Brasil, a partir dos anos sessenta do século XX, as universidades procuram se integrar ao papel transformador de desenvolvimento regional nas áreas de ensino e de pesquisa, sendo que a realidade socioeconômica da comunidade tornou-se função da Extensão universitária. O objetivo desse artigo é refletir sobre a Extensão universitária na formação de professores de Geografia no norte do Estado do Tocantins. Essa análise é resultante de trabalhos realizados na Universidade federal do Tocantins, no Campus da cidade de Araguaína-TO. A metodologia qualitativa serviu como suporte de pesquisa bibliográfica e documental. A abordagem teórica apresenta a trajetória da Extensão universitária no Brasil. Os documentos analisados foram o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI (2016-2020), a Proposta pedagógica- PPC (2009) do curso de Geografia, a Resolução da extensão na educação brasileira de nº 7 de 2018 e relatórios pessoais oriundos de resultados parciais de pesquisa e de projetos de extensão desenvolvidos na Universidade Federal do Tocantins/Campus-Araguaína. Esses dados revelam que apesar de constar nas resoluções e propostas curriculares, existem de modo geral inúmeras dificuldades de compreensão conceitual da Extensão Universitária. Os modelos postulados pelas maiores universidades públicas brasileiras a partir do tripé indissociável do ensino, pesquisa e extensão inviabiliza o entendimento teórico e prático das ações de extensão nos diversos cursos de ensino superior distribuídos pelo Brasil. Portanto, a conceituação da extensão universitária precisa ser discutida, no sentido, de orientação indissociável ou a articulação da extensão ao ensino e a pesquisa, na melhoria da responsabilidade social e da qualidade da educação superior no Brasil.

1 Professora Adjunta na Universidade Federal do Norte do Tocantins. [amdq@uft.edu.br](mailto:amdq@uft.edu.br) ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2074-2928>

2 Mestranda na Faculdade de Educação/Fae-Universidade Federal de Minas Gerais. [jodqueiroz@gmail.com](mailto:jodqueiroz@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8998-4699>

3 Professor Adjunto na Universidade Federal do Norte do Tocantins. [robertoantero@uft.edu.br](mailto:robertoantero@uft.edu.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0832-4539>

**Palavras-Chave:** Ensino Superior; Docência; Comunidade; Responsabilidade Social.

## Abstract

In Brazil, from the 1960s onwards, universities seek to integrate into the transformative role of regional development in the areas of teaching and research, and the socioeconomic reality of the community became the function of the University Extension. The aim of this article is to reflect on the University Extension in the training of Geography teachers in the northern State of Tocantins. This analysis is the result of work carried out at the Universidade Federal do Tocantins, on the Campus of the city of Araguaína-TO. The qualitative methodology served as a support for bibliographic and documentary research. The theoretical approach presents the trajectory of the University Extension in Brazil. The documents analyzed were the Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI (2016-2020), the Pedagogical Proposal-PPC (2009), the Resolution of the extension in Brasil education nº. 7 of 2018. of the Geography course and personal reports from partial research results and extension projects developed at the Universidade Federal do Tocantins/Campus-Araguaína. These data reveal that although it is included in resolutions and curricular proposals, there are in general numerous difficulties in conceptual understanding of the University Extension. The models postulated by the largest Brazilian public universities from the inseparable tripod of teaching, research and extension makes it impossible to understand the theoretical and practical understanding of extension actions in the various higher education courses distributed by the Brazil. Therefore, the conceptualization of the university extension needs to be discussed, in the sense, of inseparable orientation or the articulation of the extension to teaching and research, in improving social responsibility and the quality of higher education in Brazil.

**Keywords:** Higher education; Teaching; Community; Social responsibility.

## Introdução

A extensão universitária no Brasil se desenvolveu a partir de uma conjuntura global de transformações, que buscava maiores responsabilidades sociais da universidade. Posteriormente se dissemina na América Latina e depois se refletiu no contexto brasileiro.

Sobre a perspectiva latino-americana de extensão universitária, Gurgel (1986) infere que sua gênese discursiva surgiu por meio do Manifesto de Córdoba, na Argentina, quando iniciou o questionamento da universidade tradicional, confrontando uma instituição de ensino superior arcaica e fechada em si mesma com uma sociedade que procurava novos caminhos, pela via da modernização. Sob esses pressupostos, a extensão universitária, no documento de Córdoba, é

considerada como fortalecimento da universidade pela projeção da cultura universitária ao povo e pela maior preocupação com os problemas nacionais. Propiciaria uma projeção do trabalho social da universidade ao meio e sua inserção em uma dimensão mais ampla. A Tabela 1 ilustra o desenvolvimento da extensão universitária no Brasil.

Tabela 1 - Desenvolvimento da extensão universitária no Brasil

Data/Década	Órgão e/ou Instituição	Acontecimento
1920	Universidade Popular (Universidade de São Paulo) - Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa	-“Lições Públicas” – 107 conferências que versavam sobre os mais diferentes temas.  -Primeira Semana do Fazendeiro.
1930	Decreto nº. 19.851/31 – Estatuto da Universidade Brasileira	-Primeira referência legal à extensão universitária – concebeu a extensão associada à idéia de <b>elevação cultural daqueles que não participavam da vida universitária.</b>
1940	UNE	-Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE)- discussões de extensão universitária e atuação política.
1950	Lei de Educação	-Discussões referentes à tônica da reforma universitária.
1960	LDB nº. 4.024 União Nacional de Estudantes. Golpe Militar Universidade Federal do Rio Grande do Norte Ministério do Interior e Forças Armadas. LDB 5.540/68 – Lei Básica da reforma Universitária	-Efetivação da Lei que faz breve referência à extensão universitária, em seu artigo 69, concebendo-a como <b> cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão</b> ou qualquer outro que a instituição determinasse. A mobilização estudantil junto ao movimento popular que tomava conta do país nessa época, provocou as propostas da UNE, registradas em documentos produzidos nos seminários I, II e III, em Salvador, Curitiba e Belo Horizonte, sobre a Reforma Universitária – concebia uma <b> universidade comprometida com as classes populares</b> ( o proletariado urbano e rural)A extensão tinha papel fundamental, seja por meio de cursos ou serviço social destinado às classes populares e também ações de apoio aos órgãos do governo, aberto a candidatos externos.  CRUTAC – Projeto criado para proporcionar ao estudante universitário uma atuação nas

Data/Década	Órgão e/ou Instituição	Acontecimento
		<p>comunidades; sua real função política era ajustar a ação governamental às necessidades da população: <b>“à promoção do homem, ao desenvolvimento econômico-social do país e à segurança nacional.”(Brasil,1969)</b></p> <p>PROJETO RONDON: intercâmbio de estudantes de todas as regiões do país, em especial os do sul e do sudeste – levar às regiões norte, nordeste e centro-oeste propostas de desenvolvimento integrando os universitários com a realidade do país</p> <p>Pretendia uma nova concepção de extensão e legaliza a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa. artigo 20 e artigo 40 referem tanto <b> cursos, atividades de ensino e pesquisa como programas de melhoria das condições de vida da comunidade.</b></p>
1970	MEC	<p>-Elaboração da primeira Política de Extensão Universitária no Brasil: apesar do forte controle da censura pode-se pensar que se constituiu num significativo avanço conceitual; foi motivo de acirrados debates e disputas ideológicas entre o MEC e as universidades. O texto legal refere <b>abertura a outras instituições e populações para troca de saberes.</b></p>
1980	<p>Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.</p> <p>I Encontro nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras</p>	<p>-Coordena as reflexões e debates sobre as concepções de extensão, como resposta a uma ação articulada que vinha ocorrendo no interior da IES públicas do país. O Fórum tem um objetivo comum e claro: ser um espaço de interlocução com o MEC para o estabelecimento de uma política nacional de extensão.</p> <p>Concepção de extensão até hoje dada como orientadora das ações: “... processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.”</p>
1990	LDB nº. 9.394/96	<p>-Art.43, inciso VII: (...) promover a extensão universitária, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefício resultantes da criação cultural e da</p>

Data/Década	Órgão e/ou Instituição	Acontecimento
1993	Comissão de Extensão Universitária. Portaria n. 66 SESu/MEC, de abril de 1993.	pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.  Objetivo de elaborar programas específicos que definam princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES .
2000	I Encontro Nacional de Avaliação da Extensão Universitária foi realizado em junho	Cria-se o Grupo de Trabalho (GT) de Avaliação da Extensão Universitária, com os objetivos de resgatar os documentos já produzidos pelo Fórum sobre avaliação, estabelecer indicadores qualitativos e quantitativos para avaliação da extensão universitária, elaborar um Programa Nacional de Avaliação da Extensão e realizar um seminário nacional sobre avaliação.
2004	Regulamentação da Extensão	Se faz conhecer nos projetos acadêmicos dos cursos das universidades, fortalecida pela legislação em vigor (Plano Nacional de Educação, diretrizes curriculares nacionais)
2018	Resolução Nº 7, de 18 de Dezembro	Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação PNE-2014- 2024 e dá outras providencias.
2019	46º Encontro Nacional FORPROEX ( realizado no Maranhão)	O encontro nacional discute a realidade da extensão universitária, a integralização curricular em obediência ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e a relação entre instituições e ensino superior e a sociedade.

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Benvenuti (2006) e Forproex (2019).

A Tabela 1 visualiza as propostas de discussão Universitária da década de 1920 a década de 2019. Destaca-se o desenvolvimento expressivo da extensão na década de 1960 que se mostra fundamental, à medida que se vislumbrou, na década de 1970, a instituição da primeira política de extensão universitária brasileira.

Nesse sentido, Gurgel (1986) assegura que a alternativa escolhida para a realidade brasileira se deu com a Universidade Livre de São Paulo, em 1912, considerada a primeira experiência de extensão universitária brasileira. Esse autor revela que com o modelo os Land Grant Colleges, em 1929, foi realizada uma experiência, no sentido de levar assistência técnica aos agricultores, conhecida como a Primeira Semana do Fazendeiro. Essa experiência representa uma forma de extensão sistematizada de acordo com o modelo norte-americano, sob a forma de prestação de serviços ao meio rural desenvolvida no Brasil. Em 1931, a extensão universitária é institucionalizada, a partir da proposta norte-americana. É apresentada como uma unidade social ativa e militante. Pode-se dizer que a legislação universitária de 1931 considera como função da universidade elevar o nível de cultura do povo, consagrando papel de destaque à extensão na execução dessa função.

Esse autor afirma que após essa trajetória de busca de discussão entre a comunidade estudantil e a sociedade sobre os problemas do país, a década de 1960 assiste ao aparecimento de um relacionamento entre universidade e sociedade que procura novos projetos, como prestar serviços à sociedade, que foram caracterizados como extensão universitária. Gurgel (1986) afirma que os projetos que tiveram maior dimensão foram o Centro Popular de Cultura (CPC), formulações da UNE que representavam o pensamento de intelectuais esquerdistas considerada como expressão romântica da revolução brasileira. Surgiu em 1962, a partir da iniciativa dos estudantes, apoio de artistas e intelectuais que procuravam levar a universidade à classe dominada como uma tentativa da participação dos estudantes nos colegiados das universidades. Sua atuação era por meio de teatro de rua, nas portas das fábricas, em favelas, praças, pontos de ônibus, etc. Iniciou trabalhos de educação de adultos e pretendeu organizar uma universidade de Cultura Popular de métodos de educação a distância; o Serviço de Extensão Cultural (SEC), de iniciativa da universidade através de professores, técnicos e estudantes que desenvolviam alfabetização de adultos sistematizada por meio do Movimento de Cultura Popular (MCP) que tomou o nome de “método Paulo Freire”, atuou por meio de educação pelo rádio e pretendeu lançar bases de uma universidade popular e a Universidade Volante iniciada (UV), em 1961 tinha o intuito de integração Universidade/Comunidade era promovido pelo Conselho de Reitores na Universidade Federal do

Paraná. Sua primeira experiência foi desenvolvida em Ponta Grossa, onde foram realizados cursos para médicos, professores, advogados, cursos de arte culinária, ações de prestação de serviços e reuniões com prefeitos e vereadores da região.

As atividades se desenvolviam nos fins de semana. Essa experiência foi encerrada em 1970 por falta de recursos financeiros, mas serviu como exemplo a ser seguido pelas demais instituições de ensino superior, pois retratou o conceito de extensão Universitária e incentivou novas iniciativas de extensão comunitária, como as do Projeto Rondon, em 1968.

Wanderley (1988) analisa a extensão universitária brasileira, desenvolvida em dois períodos, o pré-1964 e pós-1964 e os projetos em confronto. A primeira corrente defendia a necessidade de superar o ensino humanístico pelo técnico, defendendo a modernização da universidade. Outra corrente defendia a participação universitária em projetos sociais. Algumas faculdades tradicionalmente mantinham os seus alunos em estágios, alguns ligados a instituições de assistência e de promoção social.

No período pós-64, durante a consecução da reforma universitária, preparada em 1968, não foi dada relevância às atividades de extensão, as quais não se achavam vinculadas por lei, em caráter obrigatório, a nenhum dos órgãos que compõem a estrutura universitária (apenas o Decreto nº. 252/ 67 admitia que as universidades podiam ter coordenação própria para as atividades de extensão). A extensão não era considerada como função da universidade, mas como uma forma de execução das atividades de ensino e de pesquisa. Algumas iniciativas existentes partiram de departamentos, de reitorias, ou de órgãos criados propriamente para tal função. Em geral, a extensão era exercida, por meio de cursos, de seminários e de prestação de variados tipos de serviços à comunidade. Esse autor constata que as perspectivas da extensão universitária no Brasil têm assumido perspectivas diferenciadas de atuação, que buscam redefinir atividades profissionais e criar atividades novas, mais consentâneas com a situação das várias regiões.

Modificações são efetuadas no ensino que é fornecido nos cursos de extensão universitária, extensão cultural e aperfeiçoamento. Na pesquisa, procurando uma integração com o ensino profissional, que se tem mostrado sempre difícil, um conhecimento mais sistemático e rigoroso dos grupos e classes sociais populares, e práticas pioneiras de pesquisa participante, que alteram a metodologia e as técnicas

usuais de investigação. As modificações nas atividades de serviços, principalmente com a ida de professores e estudantes para os bairros suburbanos e pobres, nos quais se estimulam iniciativas de cunho social. (WANDERLEY, 1988, p. 49-50).

De acordo com Reis (1992), a extensão universitária, sob o patrocínio do Estado, assumiu as funções de disseminar conhecimentos, prestar serviços e difundir cultura. Começa em 1938, com o plano de sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira, seguindo da declaração da Bahia, 1961, mais tarde, essas propostas foram retomadas pelo Estado na Reforma universitária.

Gurgel (1986) infere que a Lei nº. 5.540/68 assume o princípio da indissociabilidade entre as atividades de ensino e pesquisa, tratando a extensão como a forma por meio da qual a universidade estende à comunidade sua atividade de ensino e o resultado de suas pesquisas. Para esse autor, no início da década de 1960, estudantes universitários veem a extensão universitária por meio de ações concretas na direção do compromisso com as classes populares, não de forma assistencial, mas com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos e a preocupação de integração com órgãos governamentais, sobretudo no interior dos Estados. Para Gurgel (1986) inicia-se na Universidade do Recife o movimento de Extensão Cultural, embrião do método Paulo Freire e de suas teorias, que se constituiu num momento de redefinição da Universidade e da Extensão Universitária.

Nesse contexto, Bemvenuti (2006) revela que a extensão universitária fazia parte de discussões políticas, na década de 1960, que reivindicavam a nacionalização dos monopólios estrangeiros, (reforma agrária, controle da inflação) estavam dentro dos sindicatos, das organizações da sociedade civil e em especial nos movimentos estudantis, tanto universitários quanto secundário. Essa autora destacou o pensamento político-pedagógico de Paulo Freire, direcionados para a justiça e a igualdade social. Ela considerou que o método de Alfabetização de Adultos de Paulo Freire foi assumido pelos estudantes universitários como práxis e como utopia de conscientização popular para fazer frente às propostas imperialistas de solução dos problemas brasileiros incorporada pela ideologia do “progresso”.

Em 1970, mediante a repressão durante o governo militar, a extensão universitária assume caráter assistencialista. De acordo com Nogueira (2005), a primeira política de extensão universitária elaborada no país se refere ao Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC. O Programa CRUTAC coadunava-se bem com a ideologia do grupo no poder, que procurava consolidar sua hegemonia, mostrando para a sociedade civil a sua preocupação com a condição de miserabilidade das camadas desvalidas.

Nogueira (2005) utiliza-se da afirmação de Gurgel (1986: 31) quando afirma que, a princípio, havia, no Brasil, duas vertentes de extensão: uma de influência inglesa, enquanto realização de cursos e conferências, e outra, de influência norte-americana de prestação de serviços, realizados como atividades desarticuladas das demais atividades acadêmicas (ensino e pesquisa), mas delas dependentes.

O outro programa de caráter extensionista que teve dimensão nacional, em conformidade com Nogueira (2005), foi o Projeto Rondon.

As idéias básicas sobre o desenvolvimento do projeto são apresentadas a primeira vez pelo prof. Wilson Choeri, no I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, com participação de militares e professores da Universidade do Estado da Guanabara, 1966. A educação era considerada assunto de segurança nacional, especialmente o ensino superior, interessando ao governo manter os estudantes universitários sob tutela, inculcando-lhes a ideologia da segurança nacional, aproximando-os dos militares. Assim foi decidido que só ao abrigo das forças armadas o projeto alcançaria a dimensão desejável. Foi instituído em nível nacional através do decreto Nº 62.927, de 23 de Junho de 1968, vinculado ao MINTER. O pensamento filosófico que embasava sua ação é resumido em um “decálogo de princípios”, dentre os quais: participação da juventude no processo de desenvolvimento nacional; participação da universidade no desenvolvimento nacional; preparação do universitário para o exercício consciente da cidadania, com fundamento nos princípios que aprimoram o caráter e asseguram a prevalência dos valores espirituais e morais (NOGUEIRA, 2005, P.25).

A autora se refere à extensão desenvolvida na década de 1970 por meio de: “[...] a palavra retroalimentação- melhor absorvida pela censura – em substituição à palavra comunicação associada às concepções de Paulo Freire” Nogueira (2005, p. 27). Essa afirmação mostra um conceito de extensão camuflado por necessidade de sobrevivência diante da repressão. Em 1985, com o novo quadro de forças no país, a extensão passa ser entendida com articuladora do ensino e da pesquisa,

vinculando-se à transformação da sociedade. Na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da educação), o Art. 43, que trata da educação superior, item VI, se refere à extensão da seguinte maneira: “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

Nogueira (2005) revela que na década de 1980 surgiu o conceito de extensão apresentado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, 1987, que diz:

A extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. Nogueira (2005, p. 66)

Essa autora destaca a importância do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e o considera responsável por fortalecer as instituições universitárias, com a participação e a aprovação de setores públicos e da sociedade civil, em processo de discussão e consolidação de um conceito de extensão, emissão de documentos básicos conceituais, implantação de um sistema de classificação, sistematização e registro das ações de extensão, definição de instrumentos básicos de avaliação da extensão, realização de eventos de divulgação da extensão e das metodologias apropriadas para sua execução, enquanto dimensão acadêmica.

Para Nogueira (2005) a extensão realizada hoje, nas universidades públicas brasileiras, segue, basicamente, as diretrizes emanadas do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, ainda em construção, sendo direcionadas ações para atender às demandas mais urgentes da maioria da população. Essas demandas chegam à universidade, por meio das comunidades, setores organizados da sociedade civil e órgãos das administrações públicas, das esferas federal, estadual e municipal. Cumpre ressaltar que os Pró-Reitores de extensão participam, frequentemente deste

Fórum. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras se voltou para a articulação e a definição de políticas acadêmicas de extensão, baseando-se no Plano Nacional de Extensão Universitária (1999) reivindicando uma maior centralidade e a extensão universitária em instrumento de política social efetiva e menos assistencialista.

A interação da Universidade com a Sociedade, com as comunidades externas em suas mais diferentes formas de organização, estabelece uma troca de saberes, acadêmico e popular, que terá como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade nacional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Uma das missões estratégicas da Educação Superior no projeto de desenvolvimento cultural, econômico e social do país, é promover uma profunda relação com a sociedade, valorizando a extensão como instância de mediação entre as Instituições de Educação Superior e a sociedade.

As investigações de Torres (2003) sobre extensão universitária brasileira revelam a existência de uma comunalidade, na literatura corrente, relativa a estudos que vinculam a relação universidade-sociedade, mas desprovidos de vínculos de especificidade e de delimitação dessa vinculação. O seu estudo evidencia, ainda, que não ocorre, na práxis, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de não haver clareza conceitual sobre a extensão universitária. O autor propõe que a extensão universitária se constitua enquanto política pública que necessita de financiamento, de participação da sociedade, na sua elaboração. Esse autor admite que, na práxis, a extensão desenvolvida nas universidades públicas brasileiras, é uma atividade pontual, monodisciplinar, em que não ocorre a troca de saberes científico e popular. O autor destaca a necessidade de elaboração de uma política de extensão para as universidades públicas brasileiras, que inclua a sua forma de operacionalização, a participação da sociedade e o financiamento.

### **Metodologia**

Recorremos a Wolff (1993), em sua obra “O Ideal da Universidade”, onde o autor analisa o real papel e a função da universidade na sociedade moderna, com ênfase na educação superior norte-americana, por meio de modelos fictícios de universidade. A primeira tipologia, a universidade

como santuário do saber, aborda o erudito, um homem de cultura. A universidade como santuário, que forma pessoas por meio dos estudos religiosos do mundo antigo e medieval, que hoje se chama Humanidades. É uma herança intelectual do ser humano ocidental, de ensino superior que inicie o estudante ao diálogo, com imagem ideal de erudição, como modelo a ser seguido.

A segunda tipologia, a universidade como campo de treinamento para as profissões liberais, traz um ideal de universidade como campo de treinamento para os profissionais liberais. Esse modelo pressupõe categorias ocupacionais socialmente definidas com características de profissão, homens e mulheres que possuem e exercitam uma habilidade especial ou conhecimentos técnicos com autonomia de credenciamento “profissionalismo”.

A terceira tipologia, a universidade como agência de prestação de serviços, retrata a universidade como uma instituição complexa, ou uma agregação de instituições informalmente reunidas que realiza um conjunto de serviços educacionais, de pesquisa, de consulta. Esse modelo se desenvolveu por meio do teórico Dr. Clark Kerr, que formulou o termo “Multiversidade”. Esse modelo é de subvenção federal, treinamento de pessoal habilitado, desenvolvimento de tecnologia, perícia técnica e teórica, não lucrativo no sentido econômico, mas sim no sentido social. As multiversidades se tornam agências de prestação de serviços, servem como instrumento de ascensão para milhões de norte-americanos. Possuem estudantes de quase todos os níveis de posses.

A quarta e última tipologia a universidade como linha de montagem para o homem do sistema, questiona a relação da universidade enquanto instituição ligada ao governo, à indústria e às forças armadas. Wolff (1993) afirma esse argumento da seguinte maneira:

As grandes universidades inglesas, francesas e alemãs têm sido instituições exclusivas nas quais os altos e especializados padrões de admissão barraram praticamente todos, exceto os poucos privilegiados. Quer pela inutilidade econômica de seus métodos de instrução, pelo caráter inacessível das línguas mortas que exigem de seus candidatos, pela rigidez de seus padrões, ou mesmo meramente pelo seu custo, elas efetivamente garantiram que somente os filhos dos abastados e dos bem-situados nela se matriculassem. (WOLFF, 1993, P. 60)

Percebe-se que esse autor utiliza os modelos fictícios para expressar sua crítica e opinião sobre os avanços e problemas na trajetória histórica do ensino superior. Em suas análises, o autor evidencia a importância na preservação de pensamentos originais que valorizem a herança erudita de boa formação e articulação de ideias. Reivindica, também, uma crítica constante da universidade diante das necessidades sociais e de integração.

Os modelos de Universidades apresentados servem para uma melhor compreensão das influências nas concepções de universidades, mediante a conjuntura mundial de novos paradigmas de maior participação das universidades nas transformações sociais, a partir do século XIX. Essas mudanças se refletiram na América latina, e posteriormente, nos modelos de Universidades brasileiras que culminaram na elaboração de participação social da universidade e construção da ideia de extensão universitária. A estrutura da Extensão Universitária praticada no Brasil se mostra:

- Cursos Assistemáticos- Disseminar conhecimentos; eventos; alfabetização de adultos; treinamento; não ocorre a troca de saberes científico e popular; função da universidade elevar o nível de cultura do povo;
- Prestação de serviços – Assistencialista- Assistência técnica; extensão sistematizada, período militar; Projeto Rondon;
- Comunalidade- Dissociabilidade -Estágios; atividades desarticuladas das demais atividades acadêmicas (ensino e pesquisa); cursos e conferências; desprovidos de vínculos de especificidade e de delimitação de vinculação;
- Mudança social- Dialógica; difundir cultura; ações concretas; preocupação de integração com órgãos governamentais; justiça e a igualdade social; preocupação com a condição de miserabilidade das camadas desvalidas; participação da população; fluxo, que estabelece a troca de saberes; processo dialético de teoria/prática;

Nota-se na gênese da extensão universitária brasileira uma dependência de modelos externos, principalmente nos modelos de extensão Norte americano sob perspectivas de universidade popular, de prestação de serviços e assistencialismo. Essas perspectivas passaram a ser questionadas nas últimas décadas em busca de efetiva reforma universitária e atuação da universidade junto à comunidade com maior participação crítica e inserção nos problemas regionais. Dessa abordagem de articulação entre as Universidades emergiu o FORPROEX cuja premissa se

voltou para busca de junção entre as universidades públicas brasileiras e a procura de instrumentos de maior inserção entre a universidade e a sociedade.

Entendemos que há uma dificuldade de compreensão das diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária pactuados no FORPROEX. É necessário uma melhor definição conceitual para o entendimento aplicado a extensão mediante nos termos: interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa e Extensão, definidos por esse Fórum.

Notamos que esses modelos de universidade e extensão universitária, a partir de experiências globais ou nacionais não conseguem abarcar as especificidades regionais e locais.

A partir dessa constatação refletimos sobre a Universidade e extensão universitária no contexto regional, a partir da Extensão no Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico do Curso de Geografia na Universidade Federal do Tocantins/Campus Araguaína.

### **Resultados e Discussões**

A Resolução Nº 7, de 18 de Dezembro de 2018 institui Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, e define tipos de ações a serem realizadas na Extensão na Educação Superior Brasileira, trazendo o conceito de que Extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Esta Resolução regulamenta o mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos; Define modalidades extensionistas; Prever o cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos; A articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa realizadas nas instituições de ensino

superior e os docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação.

Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação.

As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

As atividades de extensão devem ser também adequadamente registradas na documentação dos estudantes como forma de seu reconhecimento formativo.

A Resolução nº 7 de 2018 trouxe direcionamentos mais claros a universidade no sentido de inserção efetiva da Extensão nas matrizes curriculares dos cursos. Esse direcionamento torna visível o que é desenvolvido e denominado de extensão dentro dos cursos das universidades brasileiras, a visibilidade, a definição de carga horária docente e discente, a avaliação no curso e, principalmente a inserção efetiva da extensão na matriz curricular dos cursos.

No artigo 5º- IV determina que a “articulação” entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

A Universidade Federal do Tocantins se inseri no contexto das universidades públicas brasileiras, orientando em maior parte os seus documentos institucionais para a mesmos pressupostos dessas universidades, ou seja, seguindo a tríade de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2020) apresenta a construção da Universidade Federal do Tocantins (UFT), que foi instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. Uma entidade publica, destinada a promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira

e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Foi assinado em julho de 2002, o Decreto de no 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo a Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providencias necessárias a implantação da UFT.

Segundo o PDI (2016-2020) em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação no 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma serie de providencias jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados. Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de campus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque.

O PDI (2016-2020) afirma que essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (Unitins), que foram submetidos ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. E, no ano de 2004, por meio da Portaria no 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

Com uma estrutura *multicampi* a UFT se encontra de norte a sul do Estado e conta com sete campus, implantados nas cidades de: Araguaina, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. A UFT é a mais importante instituição pública de ensino superior do Estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico.

A inserção regional está distribuída em sete cidades do Estado do Tocantins abrangendo, geograficamente todos os pontos do Estado, encontra-se na zona de transição geográfica entre o cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única.

Dentre os valores da UFT destaca-se os seguintes valores: Respeito a vida e a diversidade; Transparência; Comprometimento com a qualidade; Criatividade e inovação; Responsabilidade social; Equidade.

Dentre os seus eixos estão: Eixo nº 01 – Planejamento e Avaliação Institucional (dimensão Sinaes -Planejamento e Avaliação); Eixo Nº 02 – Desenvolvimento Institucional (dimensões Sinaes 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e 3 - Responsabilidade Social da Instituição); Eixo Nº 03 – Políticas Acadêmicas (dimensões Sinaes 2 – Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, 4 - Comunicação com a Sociedade e, 9 - Políticas de Atendimento aos Discentes); Eixo Nº 04 – Políticas, O investimento em ensino, pesquisa e extensão na UFT busca sintonia com as especificidades da Amazônia Legal, demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade. Dentre as finalidades a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Dentre os Princípio da organização curricular o VI. Apresenta a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

As atividades complementares constituem atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

A política de extensão de acordo com o (PDI 2016-2020, p. 39), na Universidade Federal do Tocantins está alinhada as diretrizes nacionais de extensão, pactuadas desde 1999, pela Política Nacional de Extensão, expressão do consenso e reformulações do Fórum de Pro - Reitores das Instituições Federais de Ensino (Forproex). As estratégias locais, referenciais aos processos seletivos e mecanismos de acompanhamento, consideram a macro definição de Extensão, neste sentido: “A Extensão Universitária e o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”.

As diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, pactuados no Forproex são as seguintes: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa- Extensão, Impacto na Formação do Estudante e, finalmente, Impacto e Transformação Social.

Podemos confirmar no PDI da Universidade Federal do Tocantins supracitado que a extensão segue as orientações e definições da Política Nacional de extensão e do Fórum de Pró-reitores de Extensão - FORPROEX.

Sendo assim, podemos afirmar que a UFT enfrenta os mesmos desafios da extensão universitária das demais universidades públicas brasileiras, ou seja, possui dificuldades em efetivar a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa, além disso, não consegue identificar a diferença nos projetos extensionistas dos que apresentam inserção com a comunidade e transformação social local, dos projetos especificamente assistencialistas. Essa afirmação é confirmada na Política de Extensão UFT descrita no (PDI-UFT, 2016-2020, p. 39):

A extensão universitária, na Universidade Federal do Tocantins, está alinhada as diretrizes nacionais de extensão, pactuada desde 1999 pela Política Nacional de Extensão, expressão do consenso e reformulações do Fórum de Pró-reitores das Instituições Federais de Ensino (FORPROEX). “A Extensão Universitária e o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” *Pró-reitora de Extensão e Cultura – Proex*. A Pró-reitora de Extensão tem por finalidade articular e apoiar a execução da política de extensão da UFT, buscando uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades realizadas na Universidade.

A problemática se deve, principalmente em torno da dificuldade de apropriação conceitual do termo Extensão universitária, já recorrente na maioria das grandes universidades públicas brasileiras, que segue sendo reproduzidas como modelos institucionais para a maioria das instituições distribuídas pelo território brasileiro.

O outro documento em análise é a Proposta Pedagógica do curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins, que orienta suas práticas de Extensão a partir dos documentos institucionais dá o PDI, a política de Extensão e regulamentos internos da UFT/ Campus da cidade de Araguaína.

Araguaína é uma cidade situada no norte do Brasil, na área de transição amazônica do norte do Tocantins. Segundo dados do IBGE (2018) Araguaína apresenta dinâmicas diferenciadas das demais cidades da região, fazendo com que se configure como cidade-pólo de uma grande região e, também, se apresenta como uma cidade média no contexto regional. Nesse contexto a cidade se destaca em oferta de educação básica e superior público e privado com grande área de influência regional no norte do Tocantins.

Esta cidade possui uma localização estratégica no norte do Tocantins, porque possui limites fronteiriços com os Estados do Maranhão e do Pará. Muitas pessoas se encontram distantes das principais prestações de serviços das respectivas capitais desses estados, sendo que mais próximas dos serviços do Estado do Tocantins. Diante disso, muitas dessas pessoas buscam serviços de saúde e educação na cidade de Araguaína.

Sendo assim, essa cidade torna-se atrativa e recebe muitos estudantes, tanto para a educação básica quanto para o ensino superior.

A Universidade Federal do Tocantins no Campus da cidade de Araguaína se insere nesse contexto e recebe muitos estudantes de outros estados, principalmente dos estados do Pará e Maranhão. A UFT oferta cursos de licenciatura, dentre esses cursos, está inserido o curso de Geografia.

O curso de Geografia foi autorizado pelo Decreto Presidencial nº 91.507, de 5 de agosto de 1985 (DOU, 1985) e pela Resolução nº 030, de 21 de fevereiro de 1985, do Conselho Estadual de Goiás. Em 1992, o Curso de Geografia foi reconhecido pela Portaria nº 1.366, de 16/9/1992, do Conselho Federal de Educação (PPC, 2009).

O Projeto pedagógico do Curso de Geografia- PPC (2009) se insere na problemática ao Garantir a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, percebendo o ensino enquanto docência, a pesquisa voltada para o ensino de Geografia e sua prática pedagógica, e a extensão como ação e intervenção na realidade.

No PPC de Geografia (2009, p. 31) as Atividades complementares definem que O(a) aluno(a) deverá cursar 210h/a de atividades complementares, compreendendo as seguintes atividades:

participação em congressos, seminários, semanas acadêmicas, curso de extensão, bolsa de iniciação científica, estágios extra-curriculares, monitorias e outros eventos de caráter científico. Nessa perspectiva não há uma definição clara de carga horária específica, ou quais ações ou atividades podem ser consideradas e pontuadas com a denominação de Curso de Extensão.

Se a Universidade e o curso de Geografia se inserem no contexto conceitual das Universidades públicas brasileiras no que diz respeito à universidade ser composta pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, então a extensão não pode ser considerada como atividade complementar do curso, mas deve ser parte integrante na sua carga horária total das disciplinas e do curso.

O PPC de Geografia (2009, p.94) afirma a interface pesquisa e extensão desenvolvida no curso fulcrada nas linhas de pesquisa do curso: Ensino de Geografia; Estudos Urbanos e Agrários; Estudos Socioambientais; Desenvolvimento Regional e Turismo; Geografia: Educação, Cidadania e Direitos Humanos; Estado, Sociedade, Educação e Cultura; Epistemologia da Geografia; Geografia e Movimentos Sociais.

No entanto, nem todas essas linhas de pesquisa contemplam a extensão na sua totalidade, principalmente no que diz o PDI-UFT, sobre as linhas de pesquisa e extensão embasadas nos princípios estabelecidos em seu Estatuto e Regimento. Em específico o item e VII: “promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição” (PDI, 2007).

Segundo o PPC de Geografia (2009, p. 102) as atividades de extensão são ofertadas através de eventos organizados e realizados pelo Colegiado, tais como: Jornada Pedagógica, Semana Acadêmica de Geografia, ENGETO e o Grupo de Estudos e Oficinas em Educação, Cidadania e Direitos Humanos II. É possível perceber que o curso de Geografia entende em sua maioria as atividades de extensão direcionadas a Eventos científicos, para além da integralidade teórica e de carga horária da matriz curricular do curso.

PPC (2009 p. 95) assevera que a UFT assume historicamente o compromisso com a sociedade através do comprometimento com o incentivo à pesquisa e extensão e sua consequente

divulgação e está ciente de sua missão e do seu compromisso com a sociedade, tem desenvolvido ações de extensão, voltadas para a proposição de políticas públicas e para o desenvolvimento do Tocantins e da Região Norte.

Apesar de estar conforme estabelecido na Resolução CONSEPE Nº 004/2005 e o Colegiado de Geografia afirmar que tem proporcionado ao seu alunado(a), atividades que contemplam o tripé ensino, pesquisa e extensão, o curso não consegue realizar efetivamente o que está proposto no seu PPC.

O PPC (2009, p. 108) propõe que o Curso de Geografia será avaliado de forma contínua e sistemática, objetivando a visualização de sua implantação e a identificação das dificuldades e problemas emergentes. Esta avaliação será feita a partir das atividades desenvolvidas pelos(as) docentes com os(as) educandos(as), refletidas e discutidas no âmbito dos espaços formativos e nas reuniões de planejamento e de avaliação semestrais. De forma mais específica, deverá ser objeto de análise de uma comissão permanente de avaliação a ser criada para esta finalidade. Esta avaliação abrangerá os âmbitos do ensino, da pesquisa, e da extensão. A Comissão Permanente de Avaliação (CPA) elaborará instrumentos de avaliação, de registro e de análise de resultados e submetê-los à avaliação do Colegiado.

Ainda sobre a Extensão o PPC (2009, p. 108) define o trabalho previsto para a Comissão envolverá: Avaliação contínua do fluxo dos(as) alunos(as) no curso, acompanhando e orientando(a) a implantação da nova proposta curricular; Análise e reflexão sobre as atividades de extensão realizadas (extensão). Além disso, distribuir a carga horária entre os(as) docentes do curso, contemplando as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A partir dessas afirmações e da análise do PDI (2016-2020-UFT), do PPC (2009) de Geografia e com base na Resolução Nº 7, de 18 de Dezembro de 2018, podemos apontar algumas adequações necessárias a esses documentos. Estes ajustes se direcionam ao entendimento conceitual do termo universidade nesses dois documentos da UFT, que ao considerar o tripé indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, necessita, então, efetivar essa articulação dentro da instituição.

Ou, por outro lado, se perceber a dissociação entre ensino, pesquisa e extensão, considerando o que diz a Resolução nº 7 de 2018 que afirma que a extensão deve estar em “articulação” permanente com o ensino e a pesquisa, poderá talvez priorizar programas e projetos mais direcionados a melhoria da qualidade da educação, incluindo ou de uma forma ou de outra, as suas ações em apenas duas ou nas três especificidades, ensino, pesquisa e extensão.

Essa afirmação faz sentido, ao percebermos que os documentos da UFT não se efetivam na prática docente do curso, pois o PPC (2009) do curso de Geografia não deixa explícito nas propostas do documento alguns itens, tais como: Quais os critérios de seleção de uma Comissão Permanente de Avaliação – CPA do Curso; Quais os instrumentos de avaliação para os projetos de Extensão do curso; Qual a carga horária docente destinada para desenvolver projetos de extensão do curso; Qual a carga horária para cada projeto de extensão do curso; Qual a periodicidade ou cronograma de Avaliação de projetos pela CPA do curso. E, principalmente a definição dos critérios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que devem estar presentes na extensão do curso.

A luz dos documentos da UFT há uma indicação que a universidade deva participar no processo regional de integração comunidade/universidade via atividades de extensão. Dessa afirmação é possível concluir que a participação da Extensão Universitária UFT, depende de uma série de transformações estruturais que estão pendentes a conjuntura de atuação das universidades públicas brasileiras. Dentre elas destaca-se a busca de emancipação, sob expectativas de solidariedade e cooperação regionais, e uma reforma efetiva do Estado, que priorize servir a interesses sociais.

### **Considerações Finais**

A apropriação, complexa, da universidade no Brasil, nos últimos anos se direciona, no discurso, sob a indissociabilidade, entre ensino, pesquisa e extensão. Contudo, a partir das análises produzidas nota-se que a universidade se encontra imersa em dicotomias institucionais, tais como conflitos teoria/ prática e apelo técnico e profissional e entre servir o mercado e se dedicar ao conhecimento genuíno.

Termos como multiversidade, serviram de base para formulações que elevaram as funções da universidade, no sentido de maior responsabilidade social a partir de prerrogativas de promoção e transformações de estruturas de intervenção diante das dificuldades sociais, via educação superior. A necessidade de inserir maior número de pessoas nesse processo se exprimiu, no Brasil com denominação de “educação popular”, mais tarde se traduziu em Extensão Universitária.

Essas acepções no contexto brasileiro, a princípio, se guiaram em duas direções de influência externa, uma inglesa e outra americana, as quais produziram suportes para realização das atividades de extensão e se desenvolveram sob a perspectiva de apropriação, mais ampla do povo brasileiro de conhecimentos produzidos na universidade. Assim, prosseguiram em iniciativas de tendência amplamente políticas, de liberdade e de ação transformadora. Mudanças que possuíam conjecturas que se inseriram nos embasamentos de educação reflexiva de ascensão da consciência, num pensamento de que a condição para desenvolvimento social seria o acesso a educação.

Nesse sentido, a universidade pública enfrenta problemas entre receber novas funções de responsabilidade social, delegadas pelo estado, e a diminuição dos recursos a ela atribuída. Recursos que são desviados as políticas de inclusão social, nas redes privadas. Vale ressaltar que a extensão universitária se desenvolve apenas nas instituições de ensino público.

Essa investigação constatou que a universidade, instrumentalizou a extensão universitária a assumir a função de interlocução entre a comunidade acadêmica e um maior número de pessoas. Assim, percebeu-se que a extensão universitária, ao assumir esse papel produz ações complexas que se orientam a práticas diversas e a ela se atribui a promoção e assistência social por parte das instituições de ensino superior públicos.

Com a conclusão do estudo, confirmou-se a hipótese de que a relação Universidade/Comunidade via Extensão Universitária se constitui em consonância com os modelos da maioria das universidades brasileiras, em emaranhado de atividades sem uma linha geral, com diferentes concepções, abrangências e alcances. Essa constatação se remete ao PDI (UFT, 2016-2020) e ao PPC do Curso de Geografia (2009) UFT/ Araguaína, pois existe a ausência de sistematização adequada das atividades; falta de definição, explícita, entre projetos, programas, eventos e entre

ensino, pesquisa e extensão. Nota-se que a política de extensão, nessa instituição segue orientação efetiva nas políticas de extensão, no tripé de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, propostas pelas Universidades Brasileiras em consonância com o FORPROEX.

Assim, é possível afirmar que a Extensão Universitária do Curso de Geografia se insere de variadas formas nas proposições dispostas nas estruturas de Universidade pública brasileira, a qual se desenvolveu sob modelos dos sistemas universitários externos, que se apropriou de características diversas que necessita de transformações e reforma estrutural.

Esses modelos de extensão universitária de características dicotômicas, com a realidade nacional e regional por uma ação de extensão de atividade pontual e descontínua considerada de cunho, assistencialista pode assumir formas de inserção social à medida que, após o desenvolvimento dessa ação há impossibilidade de quantificar e qualificar a formação de multiplicadores e a promoção de melhoria na qualidade de vida, a médio, ou em longo prazo, em âmbito local ou regional. Sob esses aspectos as atividades de extensão podem possuir características que buscam desenvolvimento social regional e se inserir na função de responsabilidade social da universidade.

## Referências

BEMVENUTI, V. L. S.; **Extensão Universitária: momentos históricos de sua institucionalização**; Revista eletrônica de extensão da URI; Erechim. v.1, Ano1, nº 2, p. 8-17. Maio, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**, Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: <http://www.portalme.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. BNCC**. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2021.

BUARQUE, C.; **A aventura da universidade**; editora da Universidade Estadual Paulista; São Paulo; Paz e Terra; Rio de Janeiro; 1994.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; **Extensão Universitária: organização e sistematização**; Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte; Coopmed, 2007. 112p.

GURGEL, R. M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** Ed. Cortez; Autores associados; Coleção educação contemporânea; Universidade Federal do Ceará; 1986.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira.** Belo Horizonte; Editora UFMG; 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano Desenvolvimento Institucional-PDI (2016-2020).** ins. Palmas: Conselho Universitário (CONSUNI); UFT, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto Pedagógico do Curso de Geografia- PPC.** Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) N.º 46/2009. Araguaína; dezembro. 2009.

REIS, R. H. **A Institucionalização da Extensão.** Educação Superior- Periódicos- 1: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras pág. 67 volume.1-, n.1,1978, Brasília, CRUB. 1992. Semestral.

TORRES, A. F. B., **Análise e sistematização das proposições sobre a extensão universitária brasileira;** Viçosa: UFV; 2003. 206. : il.

WANDERLEY, L. E. W. **O que é Universidade;** 1ª ed. editora brasiliense. São Paulo; 1988.

WOLFF, R. P.; **O ideal da universidade;** Tradução de Sonia Veasey Rodrigues, Maria Cecília Pires Barbosa Lima; Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993; - (Universitas).